

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

ENCONTROS PARALELOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DO 3º SETOR

A informação arquivística como substrato cultural na consolidação da memória coletiva, Danielle Alves

Movimentos Sociais e Arquivo: A importância da documentação no processo de construção da memória, Fernanda Monteiro (UNIRIO)

Acesso e uso da informação em arquivos sob a perspectiva dos serviços de difusão cultural e ações educativas, Thais Santos

Movimentos Sociais na Zona Oeste: Arquivos e narrativas, William Vieira

VI REUNIÃO DE ARQUIVOS JUDICIAIS DO BRASIL

Lei de Acesso à informação pública e a gestão documental no judiciário, Neide De Sordi (Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia e Documentação – Universidade de Brasília-UNB).

A automatização da eliminação de autos findos no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas à luz da Recomendação 37 do CNJ, Manoel Pedro de Souza

Aplicabilidade da tabela de temporalidade de documentos unificada do Poder Judiciário – processos judiciais, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Maria Rosa Torres Susana Arquivista pela UNI-RIO, Chefe de serviço de Gestão de Instrumentos Arquivísticos do TJRJ, Analista de sistemas – PUC-RJ. Integrante do PRONAME/CNJ.

III ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MÉDICOS

O prontuário eletrônico como unidade de transferência e criação de conhecimento em saúde, Francisco Pedroza (UFBA)

VI ENCONTRO DE ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

A atuação do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo nos convênios com os Arquivos Municipais capixabas através do PROGED: Programa de Gestão Documental, Anderson Gomes Barbosa (Arquivista do Arquivo Público Estadual do ES)

A gestão do patrimônio histórico documental no Arquivo Público Municipal de Campos - RJ, Carlos Roberto Bastos Freitas (Diretor do Arquivo Público de Campos – RJ)

VII ENCONTRO DE PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA

Paleografia e diplomática, João Euripedes Franklin Leal (UNIRIO)

Documentos y diplomática de instituciones hispanoamericanas, Branka Tanodi (Universidad de Córdoba/ Argentina)

I ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS

Memória Organizacional

Palestrante: Louise Anunciação Fonseca de Oliveira (UFBA)

O ARQUIVISTA E A GESTÃO DO CONHECIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DA MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E DA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA EM SALVADOR

LOUISE ANUNCIACÃO F. DE OLIVEIRA
(soulouise@gmail.com)

RESUMO: O estudo busca identificar o nível de conhecimento e uso dos conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica pelos arquivistas de instituições públicas e privadas de Salvador na perspectiva da gestão do conhecimento. Destaca e tenta aprofundar, através de rigorosa revisão de literatura, o entendimento do significado de memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa no âmbito da gestão do conhecimento. O estudo mostra uma reflexão sobre a visão desse assunto refletida, ou não, nos currículos acadêmicos das universidades do Brasil e de outros países. Um estudo de caso relata a realidade de Salvador quanto ao conhecimento e aplicação de memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa na gestão do conhecimento. Revela como docentes e alunos do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia vêem a questão da gestão do conhecimento e dos dois conceitos usados na atualidade, bem como o modo como se dá a gestão do conhecimento nos arquivos públicos e arquivos empresariais estudados em relação a esses conceitos.

Palavras-chave: Memória organizacional, Responsabilidade histórica, Gestão do conhecimento, Arquivista-formação.

1 INTRODUÇÃO

Na era do conhecimento, é possível perceber o surgimento de novas demandas de informação dos diferentes atores que interagem com as empresas, representados pelos consumidores, clientes e pela sociedade civil. Para esses segmentos, a informação sobre as atitudes, ações e postura desenvolvidas pelas empresas, sejam elas públicas ou privadas, passa a ser de extrema importância para o estabelecimento de um relacionamento duradouro. Esse novo olhar sobre o comportamento das organizações faz com que surja uma nova era na gestão das empresas: a da gestão responsável.

Esse cenário vem sendo marcado por dois novos conceitos, o de memória organizacional e o de responsabilidade histórica corporativa, que ressaltam a compreensão dos gestores do seu papel histórico na sociedade, no seu segmento de negócios e na esfera interna da empresa.

Nessa direção, este estudo trata desses dois conceitos na perspectiva da gestão do conhecimento. Com base na revisão de literatura, aborda a gestão do conhecimento como um modelo estratégico, com técnicas, processos e profissionais especializados. Nessa categoria de profissionais se insere o arquivista, que deve integrar uma equipe multidisciplinar e ser possuidor de competências, adquiridas tanto na formação básica da graduação quanto em sua educação continuada, para atuar no contexto da era do conhecimento e da gestão responsável.

Assim, o estudo se justifica por entender que a memória organizacional e a responsabilidade histórica são fenômenos sociais recentes, que necessitam de aprofundamento conceitual, gerando conhecimento para alimentar a teoria e a prática. A revisão de literatura realizada indica que a memória organizacional e a responsabilidade histórica são elementos importantes no processo de gestão do conhecimento empresarial e, por isso, são essenciais para as organizações enfrentarem os atuais desafios. Esse fato ressalta a relevância desse conhecimento para os campos da Arquivologia e da Ciência da Informação.

Nesse sentido, se elege como tema a memória organizacional e a responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento na formação dos arquivistas na Universidade Federal da Bahia e se formula o problema de pesquisa: O arquivista está capacitado para atender à demanda contemporânea da gestão do conhecimento no mundo do trabalho?

O aprofundamento do tema e a investigação do problema proposto são norteados por objetivos que conduzem a conhecer a realidade da formação do arquivista na Universidade Federal da Bahia na direção da gestão do conhecimento, integrando a memória organizacional e a responsabilidade histórica corporativa. Desse modo, tem por objetivo geral identificar o nível de conhecimento e uso dos conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica pelos arquivistas de instituições públicas e privadas de Salvador na perspectiva da gestão do conhecimento. Objetivos específicos complementam o conhecimento dessa realidade: a) averiguar se os alunos do Curso de Arquivologia da UFBA e os arquivistas que atuam em Salvador possuem capacitação nas questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento; b) examinar o entendimento dos alunos e professores do Curso de Arquivologia da UFBA e dos arquivistas, objeto deste estudo, sobre as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na esfera da gestão do conhecimento; c) analisar se os alunos e professores do curso de Arquivologia da UFBA e os arquivistas atuando no mercado de trabalho investem em educação continuada com ênfase nas questões de memória organizacional e responsabilidade

histórica; d) verificar nos arquivos públicos e empresariais de Salvador se há uma consolidação e registro da memória organizacional na dimensão da responsabilidade histórica.

2 A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DO CONHECIMENTO

As mudanças na sociedade do conhecimento evidenciam a importância de valorizar a informação e o conhecimento como ativos principais das organizações. Nesse contexto evidencia-se o conceito contemporâneo da gestão do conhecimento:

Gestão do conhecimento é, em seu significado atual, um esforço para fazer com que o conhecimento de uma organização esteja disponível para aqueles que dele necessitem, quando se faça necessário, onde se faça necessário e na forma como se faça necessário, com o objetivo de aumentar o desempenho humano e organizacional (TERRA, 2001, p. 245 e 246).

Assim, no Brasil, a gestão do conhecimento vem ganhando reconhecimento e solidez no mundo do trabalho como assinala Moresi (2006). Diante desse contexto, foi criada em maio de 2001 a Sociedade Brasileira de Gestão do conhecimento (SBGC)¹.

No Estado da Bahia, no ano de 2003, a instalação do núcleo regional da SBGC foi o ponto de partida das práticas de gestão do conhecimento. Nesse cenário, o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia estava se inserindo no contexto da gestão do conhecimento, em processo inicial de reflexão, através da presença de seus docentes na instalação da SBGC. Examinando o currículo de 2004.1 do curso de Arquivologia, contudo, percebe-se que não se aborda a questão da gestão do conhecimento, o que se pressupõe seja em função do tempo hábil de sua alteração.

No entanto, ao analisar essa matriz curricular, percebe-se que os professores poderiam abordar a gestão do conhecimento nas disciplinas Fundamentos da Informação, Introdução à Administração, Administração de Unidades de Informação, Políticas de Arquivos, Gestão de Arquivos e Serviços Arquivísticos, Qualidade em Serviços de Informação e Redes e Sistemas de Informação. Assim, a idéia seria ajustar o enfoque da gestão do conhecimento à filosofia, ao objetivo e conteúdo programático dessas disciplinas, preparando o discente para o aprofundamento da gestão do conhecimento em uma disciplina específica.

1

A importância dos docentes abordarem a gestão do conhecimento nas disciplinas que lecionam representaria uma contribuição na formação dos futuros arquivistas que assim poderiam atender à demanda do cenário da gestão do conhecimento no Brasil e na Bahia, no qual as organizações necessitam de profissionais habilitados para a prática da gestão do conhecimento.

Dessa maneira, significativa contribuição na capacitação dos profissionais deve ser dada pela universidade. Em primeiro lugar, os conteúdos formadores do arquivista não devem estar apoiados no paradigma do acervo, ao contrário, devem ter a ênfase na informação. É necessário que o ensino de Ciência da Informação, tanto o de formação básica como continuada, adote o modelo da gestão do conhecimento atrelada à gestão da informação. Em segundo lugar, a universidade deve buscar um maior diálogo com o mundo do trabalho, onde serão inseridos os profissionais formados para atuar na sociedade, conforme aponta Masetto:

Não defendemos que a universidade esteja se submetendo às exigências do mercado de trabalho, uma vez que ela, como instituição educadora, tem seus próprios objetivos e autonomia para encaminhá-los. Nem por isso, porém, ela poderá se fechar em si mesma e, dessa posição, definir o que seja melhor para a formação de um profissional de hoje e para os próximos anos. Terá de abrir bem os olhos, ver muito claramente o que está se passando na sociedade contemporânea, analisar seus objetivos educacionais e, então, encaminhar propostas que façam sentido para os tempos atuais (MASETTO *apud* VALENTIM, 2002, p. 129).

Ademais, para atuar no terceiro milênio, com qualidade, o profissional da informação deve investir na sua permanente capacitação, buscando os conhecimentos necessários para a melhoria de suas atividades profissionais e inovação qualitativa contínua (VALENTIM, 2002).

Nesse contexto, verifica-se a interdisciplinaridade da gestão do conhecimento. É importante que o profissional da informação reconheça que a gestão do conhecimento é uma prática que implica no conjunto de saberes de outras áreas. Ou seja, embora a gestão do conhecimento seja considerada uma ferramenta da administração contemporânea, traz em sua essência conexão com a psicologia, a educação, a informática, a ciência da informação e outros campos do saber.

A gestão do conhecimento, além de fazer conexão com as áreas do conhecimento citadas, tem relação concreta com a memória organizacional e com a responsabilidade histórica, objeto de abordagem neste estudo.

A importância da familiaridade com as expressões memória organizacional e responsabilidade histórica corporativa no âmbito das universidades, em diferentes países, para

uma conseqüente aplicação no mundo do trabalho, despertou para uma reflexão sobre a visão desse assunto refletida, ou não, nos currículos acadêmicos.

A inserção do tema gestão do conhecimento nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil ainda é pouco expressiva. Por outro lado, os cursos de graduação em Biblioteconomia enfatizam mais essa questão em seus currículos. Já no exterior, os cursos de graduação em Arquivologia dão maior destaque à gestão do conhecimento, podendo-se destacar países como Argentina, Costa Rica, Croácia, México, Peru, Taiwan, Uruguai e Venezuela.

A inclusão do tema gestão do conhecimento nos cursos de pós-graduação em Arquivologia, tanto no Brasil quanto no exterior, é pouco significativa. Os cursos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento, em nível de especialização e mestrado, são os que mais tratam do assunto.

3 GESTÃO DO CONHECIMENTO, MEMÓRIA ORGANIZACIONAL E RESPONSABILIDADE HISTÓRICA

Na era do conhecimento e da gestão responsável, a sistematização eficaz do conhecimento de uma organização torna-se imprescindível para a perpetuidade da mesma. Para tanto, deve-se investir tempo, esforço e dinheiro para conhecer, entender, tratar, disseminar e utilizar com propriedade, profundidade e visão estratégica os materiais que retêm acontecimentos, experiências e saberes que definem a identidade de determinada organização (NASSAR, 2007).

Nessa perspectiva, o domínio do conhecimento que flui internamente nas organizações é um desafio significativo para as mesmas, conforme afirma Moresi (2006). O conhecimento das pessoas que constituem uma organização apresenta-se de formas tácita e explícita. O conhecimento tácito é “o resultado da aprendizagem subjetiva e experimental e geralmente não é documentado” (MORESI, 2006, p. 285). Como exemplo, pode-se citar as experiências dos recursos humanos, as lições aprendidas, experiências de processos, dentre outros. Por sua vez, o conhecimento explícito relaciona-se ao “conhecimento técnico, racional e objetivo e geralmente é documentado” (MORESI, 2006, p. 285).

A sistematização do conhecimento organizacional é feita por intermédio de um repositório denominado memória organizacional, que é considerada como um pré-requisito para a efetiva gestão do conhecimento corporativo, de acordo com Moresi (2006, p. 291).

Dessa forma, a gestão do conhecimento apóia a memória organizacional nas questões de armazenamento, processamento e disseminação do conhecimento, fazendo com que a memória organizacional configure-se como um “sistema de informações representativo da cultura da empresa, da sua trajetória e transformação ao longo do tempo” (BEM-VINDO..., 1997, p. 54).

Então, observa-se que a memória organizacional pontua a responsabilidade corporativa (NASSAR, 2007). Nesse sentido, Nassar (*apud* SILVA, 2007, p. 3) posiciona-se:

Responsabilidade histórica é o conjunto das responsabilidades corporativas (social, ambiental, comercial e cultural) e revela como essas responsabilidades foram assumidas ao longo do tempo pelas organizações. É uma espécie de portfólio de ações sustentáveis.

Completando Nassar, Fonseca (*apud* SILVA, 2007, p. 3) afirma que para ter responsabilidade histórica, a gestão empresarial deve estar comprometida em “registrar, preservar e disseminar” a memória organizacional. Os gestores das organizações devem perceber que a busca pela responsabilidade histórica está relacionada com a inclusão da memória organizacional na perspectiva da gestão do conhecimento.

Nesse sentido, a figura a seguir elucida a relação entre memória organizacional, gestão do conhecimento e responsabilidade histórica, a partir da adaptação do fluxograma de Abecker (*apud* MORESI, 2006, p. 278):

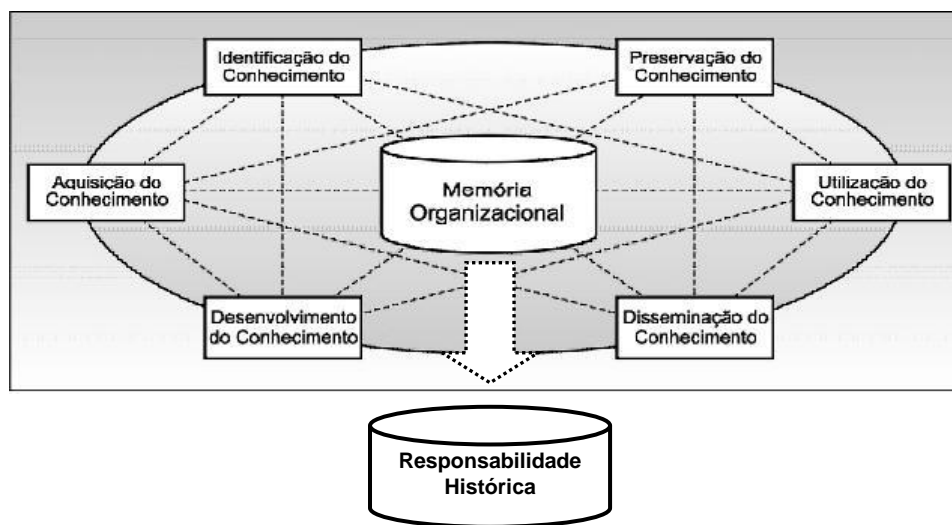


Figura 1: Adaptação do fluxograma de Abecker.

Fonte: ABECKER *apud* MORESI, 2006, p. 278.

A partir da figura 1, percebe-se que investir na recuperação, tanto de sua própria história quanto da história do seu estado e do país, significa engajar-se com afinco na preservação do patrimônio material e imaterial da organização e da região ou ramo do negócio no qual a companhia está inserida, bem como atentar-se para a sistematização e disponibilização desse acervo que demarca, ao longo do tempo, a atuação empresarial no âmbito social, ambiental, cultural e econômico perante todos os seus integrantes e a sociedade.

4 METODOLOGIA

A busca por entender a questão conceitual de memória organizacional e responsabilidade histórica e sua aplicação nos arquivos públicos e empresariais de Salvador levou ao desenvolvimento de uma pesquisa de natureza aplicada, que utiliza procedimentos exploratórios, com enfoque qualitativo e quantitativo.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos da pesquisa se inicia com uma revisão de literatura para conhecer o estado da arte do tema no Brasil, sustentar a fundamentação teórica, bem como fornecer os pressupostos básicos para a comparação com os dados levantados em campo. Percebe-se que o tema não é muito difundido e isso despertou o interesse em aprofundar e contribuir com o estudo nessa área do conhecimento.

Nessa perspectiva, observa-se que tratam da memória organizacional os autores Elizabeth Totini, Cláudia Fonseca, Élide Gagete, Nara Damante, Adriano Maricato, Márcio Polidoro e Eduardo Moresi. Por sua vez, discorrem acerca da memória organizacional na perspectiva da gestão do conhecimento os autores Eduardo Moresi e Eduardo Lapa. A responsabilidade histórica é abordada pelos autores Paul Thompson, Paulo Nassar e Cláudia Fonseca, sendo que Paulo Nassar aborda ambos os conceitos.

Também foi realizada visita aos *websites* das universidades brasileiras e estrangeiras com curso de graduação e pós-graduação em Arquivologia, com o objetivo de analisar os currículos dessas instituições educativas e verificar quais estavam incluindo as questões da memória organizacional e da responsabilidade histórica nos componentes curriculares. Para efeito de comparação, esse levantamento incluiu cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento.

A busca dessas informações foi realizada a partir do portal do Ministério da Educação e no Diretório *Information Research*.

A revisão de literatura foi seguida pela pesquisa de campo que se caracteriza como estudo de caso. O universo de estudo é composto de cinco instituições, iniciando-se pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, seguido do Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo Histórico Municipal de Salvador e arquivos empresariais das instituições afiliadas à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial: a Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa – e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba.

No Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia buscou-se saber se o currículo do curso de Arquivologia está abordando as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica na perspectiva da gestão do conhecimento. Estudar os arquivos públicos deve-se à sua relevância na guarda e disseminação da memória das instituições públicas do Estado da Bahia. A opção pelas instituições afiliadas à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) refere-se ao papel pioneiro dessa associação na análise e reflexão do tema estudado, o que demonstra a sua preocupação em provocar o avanço desse conhecimento.

A população estudada neste universo representa o total de quarenta e nove entrevistados, sendo: três gestores dos arquivos públicos; dois gestores dos arquivos das empresas privadas; três arquivistas dos arquivos públicos; três arquivistas nas empresas privadas; dez docentes e vinte e oito alunos do curso de Arquivologia do Instituto de Ciência da Informação.

O critério adotado para a seleção dos docentes foi lecionarem no Curso de Arquivologia e possuírem afinidade com o tema. Por sua vez, para a seleção dos discentes, o critério foi haverem ingressado entre 2004 e 2007. Para conhecer esse universo, buscou-se no Colegiado do Curso de Arquivologia listagem de alunos matriculados no período letivo 2008.2 que fornece uma visão completa do período de interesse do estudo. A razão do critério é investigar os alunos ingressos em 2004 que, em 2008, são os formandos subordinados ao currículo em vigência, em que se busca estudar os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica. Já os alunos que ingressaram em 2007, pelo fato de estarem no meio do curso, portanto com oportunidade de haverem tido acesso a esses conceitos. A investigação entre os alunos foi feita por amostragem probabilística do tipo aleatória simples.

Com isso, aos alunos do período de 2004 a 2007 foi atribuído um número, perfazendo cento e trinta e seis, e 20% foi a proporção estipulada para estudo, o que totalizou vinte e oito alunos.

Para a coleta dos dados no campo, o instrumento utilizado foi o questionário semi-estruturado, composto de dados gerais e questões específicas da pesquisa. A aplicação foi precedida de pré-teste para avaliação da compreensão dos seus termos, sendo acolhidas as sugestões apresentadas.

Coletados os dados foi realizada a análise e discussão dos dados, com base nas variáveis presentes nos objetivos propostos para a investigação.

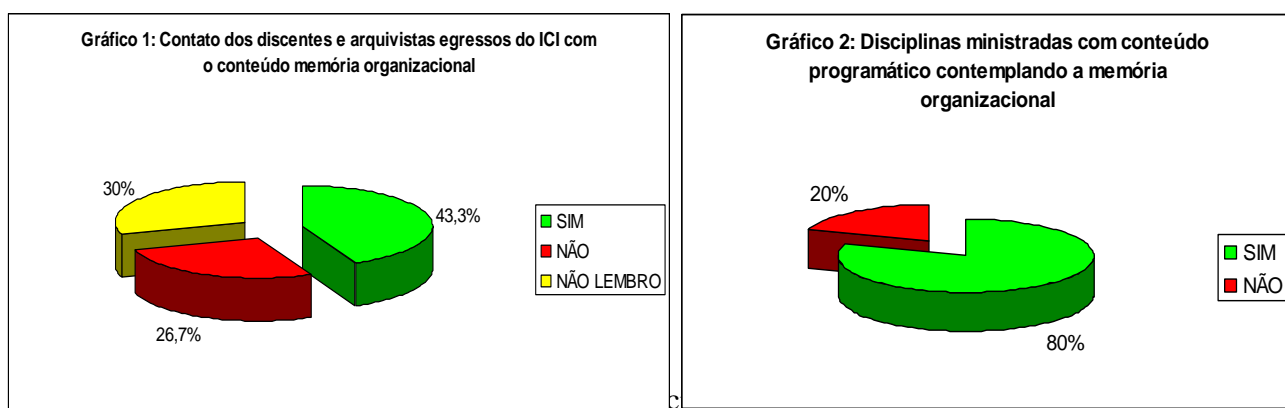
A pesquisa, apesar do rigor utilizado nos procedimentos empregados, apresentou algumas limitações:

a) na fundamentação teórica a busca nos sítios de algumas universidades brasileiras e estrangeiras foi limitada pelos fatores idioma de pouco domínio, matriz curricular e ementas não disponíveis e páginas fora do ar ou em construção;

b) na pesquisa de campo a aplicação do questionário não pôde ser feita em todas as empresas afiliadas à ABERJE em Salvador, por não existir arquivos empresariais nesses locais, reduzindo o estudo aos dois arquivos acima referidos.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

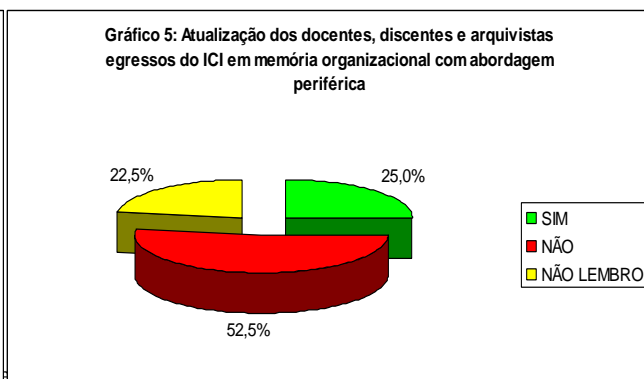
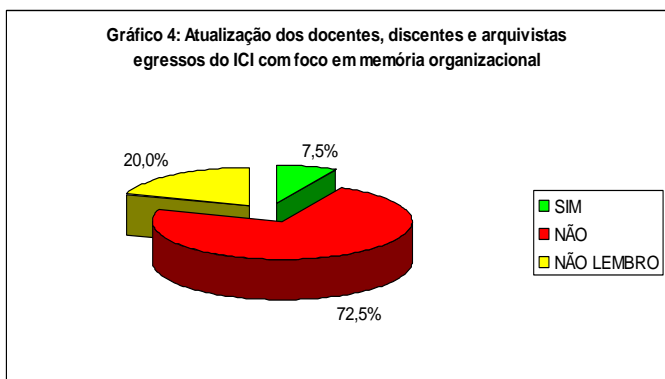
A coleta e análise dos dados ofereceu importante subsídio à compreensão do problema de pesquisa e questões do seu entorno que influenciam esse entendimento.



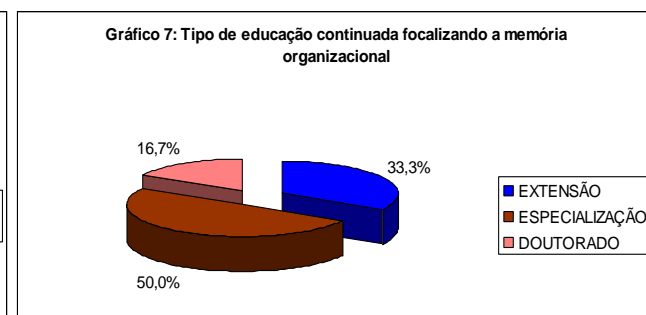
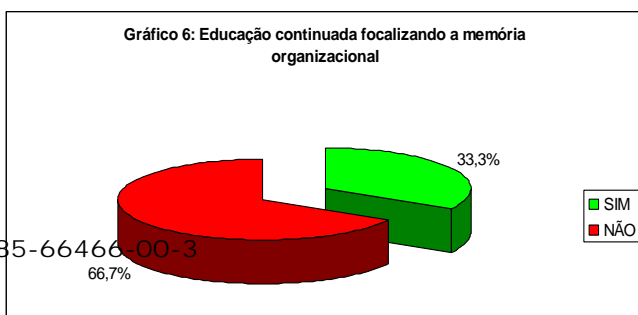
contato na graduação com esse conteúdo, ao somar os que afirmam não e não lembro obtém-

se 56,7%, percentual muito expressivo. Esse dado é comprovado pela análise do currículo de 2004.1: apesar da maioria dos docentes considerarem que as disciplinas que ministram tratam do assunto, constata-se que a memória organizacional não consta do conteúdo programático dessas disciplinas. Daí conclui-se que o contato dos discentes que afirmam sim deva ter sido através dos comentários dos professores nas disciplinas que lecionam.

Os docentes, discentes e arquivistas egressos do ICI conhecem a expressão memória organizacional. 45,7% entendem o que ela representa, ou seja, que ela retrata a gênese e desenvolvimento da organização ao longo da sua trajetória. Entretanto, 25,7% vinculam a memória organizacional apenas a sua forma explícita, de natureza documental. Apenas 22,9% vinculam simultaneamente a memória as suas formas tácita e explícita. E 5,7% deles não vinculam nem a parte tácita, nem a explícita.



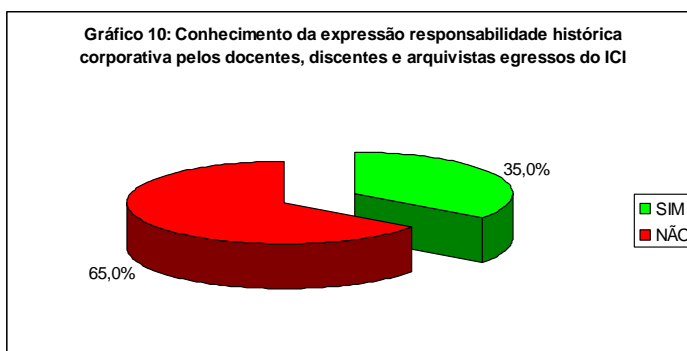
egressos não realizam cursos ou participam de eventos que focalizem a memória organizacional. Contudo, quando se trata de cursos ou eventos que abordam periféricamente o assunto, o percentual dos participantes aumenta. É necessário que esses sujeitos da pesquisa invistam continuamente nessa questão para que obtenham um melhor desempenho em suas atividades e tenham uma visão mais ampla e global do seu papel nas organizações.



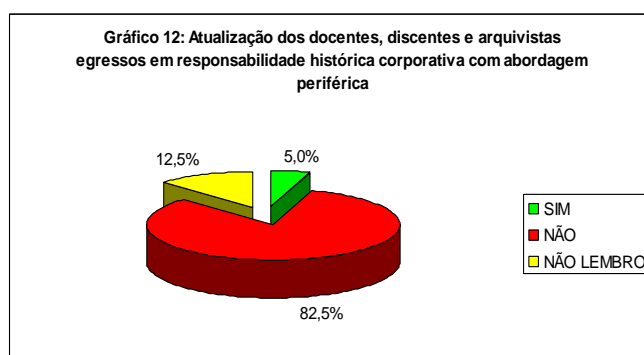
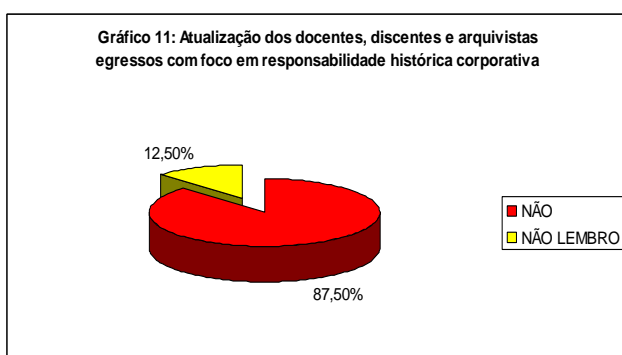
A análise dos gráficos 6 e 7 permite constatar que a maioria dos docentes e arquivistas egressos não fez pós-graduação focalizando a memória organizacional. Dentre os que fizeram, destacam-se os cursos de especialização como os que mais focalizam a memória organizacional, seguidos pelos de extensão, mestrado e doutorado. A predisposição para realizar educação continuada nesse tema é essencial para os docentes manterem-se atualizados e, por sua vez, enriquecerem o conteúdo das aulas ministradas e o processo de aprendizagem. Para os arquivistas egressos possibilitará o amadurecimento profissional e o desenvolvimento de habilidades na perspectiva da gestão do conhecimento.



Quanto à capacitação em responsabilidade histórica corporativa, os discentes e egressos do ICI afirmam não terem tido contato com esse conteúdo na graduação em Arquivologia do ICI. Isso é comprovado pelos docentes no gráfico 9. Assim como aconteceu com a memória organizacional, a responsabilidade histórica não consta do conteúdo programático das disciplinas do curso. Contudo, os docentes, com sua experiência profissional, vinculam quando surge a oportunidade, esse assunto ao conteúdo que está sendo ministrado, contribuindo para uma melhor capacitação dos futuros arquivistas.



O percentual dos que conhecem a responsabilidade histórica corporativa é menor do que o de memória organizacional. Contudo, para 58,8% entendem o que a responsabilidade histórica corporativa representa: o compromisso de todos da organização com a construção e conservação da memória organizacional. Para 29,4% essa preservação da memória organizacional é uma contribuição tanto à própria organização quanto à sociedade. Assim, constata-se que estabelecem o vínculo entre a responsabilidade histórica e a memória organizacional. Apenas 11,8% compreendem que a responsabilidade histórica corporativa é observada ao longo da trajetória de vida da organização, que é o sentido literal da expressão.



De acordo com os gráficos 11 e 12, os docentes, discentes e arquivistas egressos não realizaram cursos ou eventos que focalizassem a responsabilidade histórica corporativa. Cenário menos animador do que o de memória organizacional, em que há, pelo menos, um pouco de participação. Quando se refere a cursos ou eventos que tratam periféricamente o assunto, assim como ilustrado no gráfico 5 da memória organizacional, a participação aumenta.

Os docentes e arquivistas não fizeram pós-graduação focalizando a responsabilidade histórica corporativa. Com o cenário em que poucos conhecem a expressão, poucos participam de cursos e eventos sobre o assunto e nenhum fez curso de pós-graduação focalizando essa questão, sente-se a necessidade de que esses profissionais detenham mais atenção a esse assunto.



De acordo com os gráficos 13 e 14, os arquivos empresariais e públicos realizam o registro sistemático da memória organizacional na perspectiva da responsabilidade histórica.

Os arquivos empresariais realizam o registro da memória organizacional com o setor de comunicação dessas empresas. Baseados nos materiais históricos, o setor de comunicação é o responsável por elaborar os produtos de comunicação, como relatórios anuais, balanços sociais, livros institucionais, jornais empresariais, revistas, dentre outros.

Na opinião desses entrevistados, as empresas cumprem a sua responsabilidade histórica pois preservam a memória organizacional, guardando de forma organizada e preservando ao longo do tempo, com o uso da tecnologia, um rico material que retrata a história do crescimento e desenvolvimento do Estado da Bahia. Além disso, as empresas divulgam essa memória através da publicação de produtos literários que são disseminados entre os empregados e para a sociedade. Apenas uma entrevistada nas empresas acredita que a empresa não cumpra a sua responsabilidade histórica, pois a constante mudança no corpo diretivo prejudica a preservação da memória organizacional.

No Arquivo Histórico Municipal de Salvador, a memória organizacional é organizada em diferentes setores de acordo com o seu suporte. Desse modo, o acervo audiovisual, como filmes, vídeos, discos e fitas são custodiadas no setor de arquivos audiovisuais. O acervo bibliográfico é organizado pelo setor de arquivos impressos e biblioteca e o acervo arquivístico em suporte papel é custodiado nos setores de arquivos correntes e intermediários e arquivos permanentes.

No Arquivo Público da Bahia, o registro da memória organizacional é feita por intermédio de relatórios mensais, semestrais e anuais e pela gestão documental. Embora com limitações como falta de verba, espaço e climatização, os arquivos públicos cumprem a sua responsabilidade histórica, na medida em que mantêm a documentação de guarda permanente organizada, preservando a história da cidade, do Município e do Estado. Desse modo, a responsabilidade histórica é com a disseminação e democratização do conhecimento, sem restrição de acesso e transparência na tomada de decisão, embasando-se sempre nas memórias organizacional e institucional.

Com relação ao significado de memória organizacional, os gestores dos arquivos públicos e empresariais demonstraram ter conhecimento sobre o tema. O conceito de memória organizacional apresentado por quatro (4) deles é parcial, pois o correlacionam apenas à sua

expressão material, não citando a sua expressão não-material, relacionada principalmente aos relatos orais. Tanto que três (3) desses profissionais afirmam que a memória organizacional é o “registro” da história de vida de uma instituição. Nesse sentido, dois (2) entrevistados completam o exposto ao afirmarem que a memória organizacional é o conjunto de “instrumentos” (impressos, digitais, vídeos) que consegue agrupar todas as informações que exemplificam a missão.

Na afirmação desses entrevistados, já se consegue observar que, apesar de ainda não vincularem a memória à sua expressão não-material, eles entendem a correlação entre memória e identidade corporativa. Nesse aspecto, um (1) entrevistado corrobora, uma vez que diz que a memória organizacional é composta por todas as informações que a instituição vai reunindo ao longo do tempo, formando tanto a sua identidade quanto a sua cultura. Deste modo, por ser a base para a consolidação da identidade e da cultura corporativa, a memória organizacional confere unidade ao permitir que, mesmo com as mudanças dos tempos, a empresa não perca a sua essência.

Apenas um (1) entrevistado conseguiu, concomitantemente, caracterizar a expressão material e não-material da memória, ao falar que ela é composta pelas informações da instituição, seja de maneira impressa (física), oral ou eletrônica.

Apenas um (1) dos entrevistados percebeu que a memória organizacional é fruto de conhecimento acumulado, visto que atrela o seu conceito ao de gestão do conhecimento corporativo, ressaltando a importância desse elo indissolúvel: “Se temos uma empresa preocupada com a gestão do conhecimento, teremos memória institucional”. Completando o apresentado, um (1) dos entrevistados resume o significado da memória organizacional, já o trazendo formalizado, no caso, em uma política de desenvolvimento do acervo do arquivo institucional. O conceito explicitado nessa política contribui para a seleção dos documentos que vão compor a memória organizacional, o que acaba por favorecer a preservação da mesma e a difusão do conhecimento. Essa reflexão demonstra a necessidade de definir o conceito de memória organizacional para que o processo de seleção dos documentos, por parte da equipe multidisciplinar, não se torne um procedimento ao acaso. Desta maneira, os conceitos de memória estabelecidos por essa instituição são subdivididos em três, conforme apresentado a seguir:

- a) Memória histórica é uma coleção de documentos que resgata dados históricos sobre uma área do conhecimento;
- b) Memória organizacional é uma coleção específica, constituída por documentos, sob qualquer forma, qualquer suporte, versando seu conteúdo sobre a empresa ou por ela produzido. Refere-se às informações armazenadas da história de uma organização que pode ser utilizadas

para dar suporte às decisões sistêmicas; c) Memória técnica é uma parte específica da memória organizacional, constituída de documentos técnicos sob qualquer forma e qualquer suporte, versando seu conteúdo sobre as áreas de atuação da empresa ou por ela produzidos.

Esses conceitos corroboram para o entendimento da abrangência da memória organizacional. Eles demonstram que, além dos conteúdos produzidos pela empresa, as informações sobre a área do conhecimento a que a empresa está vinculada, ou seja, o setor de atuação, compõem a memória organizacional. O conceito de memória organizacional também inclui uma de suas importâncias que é a de “dar suporte às decisões sistêmicas”.

A importância da memória organizacional é reconhecida pelos entrevistados. A importância mais citada, conforme apresentada por cinco (5) deles, é que ela reforça o vínculo existente entre identidade e cultura organizacional. Dessa forma, segundo esses entrevistados, a memória é o alicerce para a consolidação da cultura, que por sua vez auxilia no cumprimento da identidade corporativa. Nesse sentido, se não tiver resgate da memória e um entendimento coletivo da trajetória empresarial, a empresa não vai conseguir concretizar sua missão e visão. Da mesma forma, acrescenta-se que a relação entre esses três elementos é extremamente necessária para que a empresa sobreviva em um mercado cada vez mais competitivo e de constantes desafios e incertezas. Sendo assim, a memória possibilita que a empresa mantenha os seus referenciais e princípios e se perpetue no seu mercado de atuação.

Cinco (5) entrevistados também pontuaram outra importante função da memória organizacional, que é permitir conhecer os erros e acertos, exemplos do passado, como referência para o planejamento de ações do presente e do futuro. Essa opinião possibilita fazer uma alusão à metáfora do arco e da flecha expressa na literatura e bem caracterizada no discurso de um dos cinco entrevistados: “sem o passado, o presente e o futuro não são construídos”.

Dessa forma, um desses cinco (5) profissionais resume essa importância: “a memória organizacional seria o resultado de um olhar atento sobre o presente, mas que se volta para o passado, buscando preservá-la para o futuro”. Ademais, outro desses entrevistados finalizou ressaltando que a memória organizacional é fonte de conhecimento e pesquisa para as futuras gerações e futuros gestores. Acrescenta-se que a memória é fonte de pesquisa também para atuais gerações e gestores, uma vez que ela remete ao presente, passado e futuro. Esse mesmo entrevistado cometeu semelhante equívoco, ao afirmar que a memória é referência de trabalho apenas para os novos funcionários, para que eles possam trabalhar na mesma linha do que já foi feito e possam conhecer o que aconteceu antes na empresa. De acordo com a literatura, o correto seria dizer que a memória é referência de

trabalho para todos os funcionários, tanto novos como antigos, uma vez que lhes permite fazer um retrospecto do que acontece e aconteceu em todas as áreas e setores da empresa. Portanto, a memória contextualiza-os à empresa, isto é, possibilita que os integrantes da empresa vislumbrem o que se espera deles e o papel que têm que desempenhar. Por isso, os funcionários precisam se interar e se apropriar desse conhecimento acumulado, fornecido pela memória organizacional, para entenderem a relevância do seu trabalho hoje para a perpetuidade dos negócios da empresa. Devido a essa importância, o mesmo entrevistado demonstra a necessidade de criação de um lugar de memória, como por exemplo um centro de memória, que resguarde a memória da empresa, na qual se inclui a memória da comunicação. A criação desses lugares de memória no ambiente corporativo é essencial para sistematizar e fornecer um tratamento adequado a todo o acervo que compõe a memória organizacional.

A função social foi outra importância assinalada por quatro (4) dos profissionais. Observou-se que eles, mesmo sem citar, estabeleceram um vínculo entre memória e responsabilidade histórica. Assim, segundo eles, a memória permite colocar a empresa no seu nascedouro e a partir disso é possível analisá-la hoje, depois de anos de sua fundação, vendo o que ela conseguiu produzir e o papel que exerceu ao longo de sua trajetória, tanto para o público interno quanto externo. É exatamente a partir desse retrospecto propiciado pela memória, que a relação entre ela e a responsabilidade histórica se concretiza. Por isso, a empresa tem que retratar e disseminar a sua memória para esses públicos, dando a sua contribuição para a evolução do estado e da sociedade como um todo. Deste modo, a memória possibilita que a empresa se legitime perante os funcionários e a sociedade, visto que mostra o porquê da existência da empresa e sua importância para o crescimento do estado e do país. É o verdadeiro comprometimento com a memória, tanto institucional quanto do estado e do país, que faz refletir o cumprimento da missão social da empresa e garantir sua sobrevivência e perpetuidade.

Outra importante função da memória, ressaltada na literatura e citada por apenas dois (2) entrevistados refere-se ao reforço do sentimento de pertença do grupo. Essa função deveria ter sido citada por mais profissionais, uma vez que é essa sensação de integração, de pertencimento que estimula as equipes a trabalharem juntas, com sentimento de grupo, de unidade, em busca de um mesmo resultado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empenhou-se em conhecer a realidade na Universidade Federal da Bahia sobre a capacitação do arquivista, através do Curso de Arquivologia, no sentido de atender a demanda contemporânea da gestão do conhecimento no mundo do trabalho.

O estudo constatou que o currículo do Curso de Arquivologia aborda sucintamente a gestão do conhecimento, com disciplinas em que o conteúdo programático não aprofunda o assunto nem contempla as questões de memória organizacional e responsabilidade histórica. Desse modo, o contato dos discentes com esses temas fica restrito aos comentários dos docentes em algumas disciplinas de forma superficial.

No transcurso da pesquisa verificou-se que apesar de entenderem o que a memória organizacional e a responsabilidade histórica representam, os docentes, discentes e arquivistas têm uma compreensão parcial do conceito de memória organizacional, pois a maioria ainda a vincula somente à sua expressão material. A imaterialidade que também a caracteriza é pouco conhecida.

Diante dessa constatação, sugere-se que os docentes, discentes e arquivistas invistam continuamente no aprofundamento dessas questões, através de cursos de atualização. Essa disposição de busca incessante por conhecimentos nessa área é muito importante para que os profissionais se capacitem melhor para atuar em prol das organizações públicas e privadas e da sociedade contemporânea.

Desse modo, os resultados da pesquisa sugerem que os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica sejam mais explorados no meio acadêmico do ICI/UFBA. A iniciativa dessa Unidade de Ensino em aprofundar a gestão do conhecimento na pós-graduação deve incluir a graduação, assim como já acontece em algumas universidades brasileiras e estrangeiras.

Para isso, o colegiado do curso precisa incluir essas questões na formação do arquivista, capacitando-o para uma visão crítica de sua participação nas organizações, dando-lhe condições de atuar de forma mais ampla e global no que tange à consolidação da memória organizacional em auxílio às organizações, no exercício da sua responsabilidade histórica.

Dessa maneira, sugere-se a inclusão no currículo de disciplina específica que discuta com aprofundamento os conceitos de memória organizacional e responsabilidade histórica e que algumas disciplinas contemplem essas questões na perspectiva da interdisciplinaridade. Este cenário será propício para que o arquivista amplie seu leque de atuação, garantindo uma